



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1003474-20.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Monitória - Cheque**  
 Requerente: **Dagoberto Monteiro Ricetti**  
 Requerido: **Marília de Mori Remunhão Me**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

**DAGOBERTO MONTEIRO RICETTI** propôs ação monitória em face de **MARIA DE MORI REMUNHÃO - ME**. Aduziu ser credor da requerida por conta de três cheques não pagos, mesmo após diversas tentativas de negociação.

A requerida, devidamente citada (fl. 23), apresentou embargos monitórios asseverando que os valores não são devidos na integralidade e que ocorrem negociações para a tentativa de acordo, o que foi rechaçado pelo autor (fls. 35/37).

**É o relatório.**  
**Fundamento e decido.**

**Diante da completa falta de demonstração quanto à necessidade, até por se tratar de pessoa jurídica, indefiro a gratuidade à requerida, anotando-se.**

O feito se encontra apto a julgamento, não havendo outras provas a produzir além das já juntadas.

Não foi negada, na impugnação, a emissão dos cheques, que se encontram copiados à fl. 05. Como se percebe dos títulos, todos foram emitidos sem qualquer anotação de pagamento futuro e, assim, a única conclusão à qual se pode chegar é que não foram repassados para crédito futuro, e sim à vista, nos exatos termos da lei de regência.

Dessa forma, a embargante, por não ter feito prova dos pagamentos devidos, até porque afirma que não os fez, deve cumprir com as obrigações que assumiu, todas documentadas.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Conforme dito, a embargante não refuta os termos da inicial e, portanto, nítida a conclusão quanto à inadimplência, devendo ser acolhido o pedido, nos termos legais.

Ante o exposto, rejeito os embargos e **JULGO PROCEDENTE** o pleito inicial, para constituir o respectivo título executivo em favor da parte autora, no valor de R\$ 76.500,00 (cheques copiados à fl. 05), que deverá ser corrigido monetariamente pela tabela do TJ/SP desde a data de vencimento de cada título incidindo, ainda, juros de mora de 1% desde a citação.

Condeno a parte requerida em custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da condenação, atualizado, e isso em especial considerando a natureza dos embargos, e a sua genérica discussão. **Observe-se o indeferimento da gratuidade à requerida.**

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo NCPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (art. 1.010 do NCPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões.

Após o prazo, com ou sem resposta, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Transitada em julgado, e decorrido o prazo de 15 dias sem que tenha havido pagamento espontâneo, apresente a parte autora, planilha atualizada do débito, nos termos do art. 509, §2º, e 523, do NCPC, consignando os índices utilizados e datas iniciais e finais de consideração dos cálculos, com o acréscimo da multa de 10%, requerendo o que entender pertinente. Caso não haja pagamento, a exequente indicará bens da executada aptos à penhora (no prazo de 10 dias) e expedir-se-á mandado para a penhora, remoção, avaliação.

Oportunamente, archive-se.

P.I.C.

São Carlos, 21 de setembro de 2017.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**